

A Assembleia Constituinte está concluindo agora aquilo que é apenas uma das tarefas da transição: criar um novo quadro jurídico-institucional e novas regras para o jogo político propiciadoras de uma vida democrática. Na medida em que representa o prevalecimento de certos interesses e valores sobre outros, é natural que o novo texto constitucional provoque reações contraditórias. O equívoco está em transformar esta discussão no único eixo do debate político.

Na verdade, pelo que já foi votado, a nova Constituição apresenta altos e baixos: contém avanços importantes nos planos dos direitos civis e da Federação, possui lacunas significativas no campo social e tem sandices gritantes em vários domínios.

Mas daí dizer-se que o país se tornará ingovernável é tão estúpido quanto entender que uma vez promulgada a nova Constituição está assegurado o desfecho democrático para a transição. Atitudes essas típicas, no primeiro caso, dos que não sabem viver em democracia e, no segundo, da mentalidade bacharelesca de políticos arcaicos. Nem as dissonâncias contidas no novo texto criam um problema de governabilidade, nem as tarefas da transição se reduzem ao trabalho da Constituinte.

A questão política importante —aquela que põe em risco um desfecho democrático para a transição— é de outra natureza. Ela está na distância flagrante que separa o discurso sobre a democracia do processo político de construção democrática. Essa distância se imprime na essência mesma do governo Sarney, atravessa lideranças e partidos políticos e se estampa no próprio comportamento dos constituintes —quando têm que ser caçados a laço para darem quórum para as votações. Distância essa que não nasce apenas da ausência de uma "cultura cívica" mas, também da vasta incompetência revelada pelos principais atores políticos.

A demonstração disso está em duas coisas que se condicionam mutuamente: na incapacidade por eles demonstrada de realizarem as demais tarefas da transição e na degradante e perigosa situação econômica e política na qual deixaram cair o país.

Do governo e das lideranças políticas dotadas de poder se esperaria, nas condições brasileiras, a realização de pelo menos três outras tarefas, além da realizada pela Constituinte: criar condições mínimas de estabilidade e de governabilidade, através da gestão da crise econômica e da reforma do aparelho do Estado; fortalecer a estrutura partidária e o primado da liderança civil; manter viva na sociedade, pelo exemplo cívico e pela competência política, a confiança na resolução dos problemas do país pela via democrática. Essas seriam as grandes tarefas administrativas políticas e didáticas a serem realizadas no curso da transição. Qualquer balan-

ço do realizado nesses campos apresenta resultados lamentáveis.

O governo Sarney, que deveria liderar e realizar essas tarefas, dissipou e corrompeu a ampla base de sustentação política de que dispunha na ridícula aventura do mandato de cinco anos e na corrupção e inépcia administrativas; mais: procurou desmoralizar a Constituinte, reintroduziu os militares na política e, ao sabor das intrigas palacianas, acabou por converter o governo numa ação entre amigos ante a inércia ou a complacência dos que deveriam ser os fiadores políticos da transição.

A cena partidária é isso que aí está. O maior partido político do país, há dois anos não consegue preencher os cargos vagos (a exata metade) de sua executiva, faz água pelos lados perdendo seus melhores quadros e tem que viver adiando sua convenção para não oficializar as outras rupturas que o estracalham por dentro. Impávido, o dr. Ulysses administra os cacos —varrendo-os para debaixo do tapete. O PMDB transformou-se num partido de não-decisões, ou seja, inviabilizou-se enquanto partido capaz de liderar o processo político. Não creio que o cenário seja muito diferente se olharmos para o lado do PFL.

A medida exata do fracasso político desses partidos, que justamente compunham a Aliança Democrática, garante da transição, está na impossibilidade de qualquer deles em armar um esquema viável para a sucessão presidencial. Tanto assim que as perspectivas eleitorais que já se apresentam à nação são as que ameaçam passar por essa gloriosa e renovadora disputa entre os srs. Jânio Quadros e Leonel Brizola —o que, mesmo antes de se confirmar, já desloca as opções eleitorais para a retaguarda dos avanços políticos realizados pela cidadania.

Enquanto isso, à sociedade perplexa e impotente só é dado o recurso de cravar os olhos no oráculo do IBGE, que cospe mensalmente os índices de uma inflação que devora salários, degrada a vida cotidiana, torna impossível qualquer previsão de orçamento e de investimento num país onde a renda per capita está estagnada há oito anos e que está sendo submetido a uma progressiva deterioração dos serviços públicos.

Sendo assim, não é de espantar que as pesquisas de opinião revelem que cerca de 75% dos brasileiros não depositam a mais remota confiança nos políticos; que, em número significativo, não têm maior motivação para escolher em que vão votar nas próximas eleições municipais —e que gostariam migrar. Os mesmos brasileiros que ainda ontem enchiam as praças públicas para pedir diretas-já, ou seja, que expressavam sua confiança no princípio da representação política e no futuro do país.

Tudo isso em pouco mais de três anos. Realmente, uma obra de verdadeiros "estadistas" essa transição brasileira.

Como resultado de todas essas ações e omissões criou-se uma situação política que, reduzida a seus termos mais simples, pode ser resumida assim: (1) é grande a probabilidade de que a crise econômico-financeira se não for contida a tempo, venha a atropelar o desfecho da transição; (2) a resolução dessa crise depende de decisões de poder; (3) o governo Sarney, por mediocridade congênita e por fraqueza política adquirida, não está em condições de tomar essas decisões; (4) a implosão partidária e a incompetência de suas "lideranças" parecem tornar inviável, no imediato, a articulação, a partir da sociedade, de qualquer pacto social e político capaz de impor a esse governo as decisões que ele é incapaz de por iniciativa própria tomar. É nessa equação que reside a verdadeira questão política. Ela é tão fácil de

enunciar quanto tornou-se agora difícil de resolver.

Na verdade, o único caminho que parece ainda aberto é criar, desde já, uma alternativa eleitoral palatável para a sucessão do sr. Sarney, conjugado a uma ação parlamentar que converta as sobras partidárias numa nova Aliança Democrática. Não mais para realizar agora as tarefas inconclusas da transição, pois para isso não terá poder, mas para resistir a qualquer ameaça de regressão autoritária. Porque não adianta tapar o sol com a peneira: é a degradação de situações como esta que se vive que abre espaço para as intervenções militares.

LUCIANO MARTINS DE ALMEIDA, 52, sociólogo, é professor de Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi professor da Universidade de Paris e pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa Científica, na França, e professor da Universidade Columbia, nos EUA.